



SBOT

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

SBOTPREV

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Relatório Anual de Informações - RAI

2023

QUEM SOMOS:

A SBOTPrev surgiu do anseio da categoria em oferecer um plano de previdência complementar desenvolvido exclusivamente para atender às necessidades dos Ortopedistas e Traumatologistas.

Com a adoção da Lei Complementar nº 109, o Ministério da Previdência Social autorizou a constituição dos fundos de pensão resultantes de vínculo associativo, o que antes só era admitido em relação aos profissionais com vínculo empregatício. Esse modelo permitiu a SBOT implantar seu plano de previdência fechado de forma mais segura e autônoma.

O Plano de Benefícios Previdenciários dos Ortopedistas e Traumatologistas – SBOTPrev foi constituído na modalidade de contribuição definida e com administração própria da SBOTPrev, sob a coordenação direta do Conselho Federal e fiscalização do Ministério da Previdência Social, através da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

A SBOTPrev tem seus recursos geridos por especialistas do mercado financeiro, o que possibilita o controle direto dos participantes sobre os investimentos.

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da SBOTPrev, tendo a responsabilidade de definir a política geral de administração estratégica da entidade e os planos de benefícios de previdência complementar da Fundação, exercendo sua ação por meio de diretrizes e normas gerais de organização, funcionamento, administração e operação.

Titulares:

Reynaldo Jesus Garcia Filho - Presidente
Romeu Krause Gonçalves – Vice-Presidente
Marcus Vinícius Moreira

Suplentes:

Fábio Farina Dal Molin
Fernando Antônio Façanha
Adriano Esperidião

CONSELHO FISCAL

Órgão de controle interno da SBOTPrev. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Titulares:

Paulo Lobo Júnio – Presidente
José Humberto de S. Borges – Vice-Presidente
Sandro da Silva Reginaldo

Suplentes:

Arnaldo José Hernandez
Pedro Takata
Adalberto Visco



DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração da SBOTPrev, atuando em conformidade com as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Os Diretores Executivos foram indicados pelo Conselho Deliberativo, observados todos os requisitos profissionais exigidos pela Legislação de Previdência Complementar, e foram submetidos à prévia habilitação para exercício das funções junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Economia.

Composição:

Francisco Nogueira – Diretor Presidente

Ricardo Esperidião

Marco Tulio Lopes Caldas

Moacyr Henrique Martins Vaz

Site: sbotprev.org.br

Canais de Relacionamento com Participantes

E-mail: atendimento@sbotprev.zendesk.com

Telefone: 0800-887-0948

Endereço: Alameda Lorena, 427 - 14° andar - Jardim Paulista
São Paulo/SP - CEP 01424-000



Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	5
GESTÃO DE PARTICIPANTES	6
INDICADORES DE GESTÃO	7
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	8
Demonstrações Contábeis	9
Balanço Patrimonial Consolidado	9
Demonstrações Contábeis	10
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada.....	10
Demonstrações Contábeis	11
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.....	11
Demonstrações Contábeis	12
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	12
Demonstrações Contábeis	13
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada.....	13
Demonstrações Contábeis	14
Demonstração das provisões Técnicas do Plano de Benefícios.....	14
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	15
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	29
INFORMAÇÕES REFERENTES � POLITICA DE INVESTIMENTOS	32
PARECER ATUARIAL.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL	41
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	42
MENSAGEM AOS PARTICIPANTES.....	43
GLOSSÁRIO	44



MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Informações – RAI 2023, do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPREV!

Nele trazemos um pouco dos números e informações relevantes acerca da nossa trajetória ao longo do ano passado.

Ressaltamos que o sucesso dessa caminhada só foi possível devido à parceria dos nossos Conselhos, ao empenho dos nossos Colaboradores, Parceiros e à confiança dos nossos Participantes.

Você encontrará informações detalhadas sobre o seu plano de benefícios e ficará feliz em constatar ter feito a opção certa, quando decidiu investir no SBOTPrev como fonte de segurança para você e sua família, temos certeza disso!

Enquanto responsáveis pela administração do plano, mais uma vez não medimos esforços em gerir nosso fundo de pensão de forma cuidadosa, atenta, transparente, proativa e, absolutamente aderente à legislação.

Deguste as informações aqui contidas!

Um abraço e boa leitura!

Diretoria Executiva



GESTÃO DE PARTICIPANTES

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2023 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Participantes Ativos	1320
*Participantes Aposentados	5
*Beneficiários de Pensão	8
*Instituidores	1
**Contribuições Recebidas	R\$ 11.090.622,25
**Portabilidades Recebidas	R\$ 32.429,90
**Pecúlios recebidos	R\$ 434.259,67
**Pagamentos de Resgates	R\$ 3.732.837,56
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 400.014,87
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 954.178,44

* Posição em 31/12/2023

** Período de 01/01/2023 a 31/12/2023



INDICADORES DE GESTÃO

DESCRIÇÃO	2023
Taxa de Administração	0,60% a.a. equivalente ao rateio das despesas administrativas mensais suportadas pelo resultado dos investimentos.
Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes	Em 2023 foi de R\$ 876,35
Despesas Administrativas sobre o Ativo Total	Em 2023 foi de 1,392%
Despesa de Pessoal	Em 2023 foi de R\$ 0,00
Pro Labore recebido	Em 2023 foi de R\$ 870.894,01
Taxa de Carregamento	0% ao mês incidente sobre as contribuições e/ou aportes, bem como sobre os benefícios.
Despesa Administrativa sobre os recursos garantidores dos planos de benefício de caráter previdenciário administrados.	Em 2023 foi de 1,42%
Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas	Em 2023 foi de 112,48%
Evolução do Fundo Administrativo	Em 2023 o Fundo Administrativo cresceu 1,58% fechando em R\$ 2.576.316,67



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021.

(Valores em Reais.)

SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	2023	2022	Variação %
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	76.352,01	40.457,73	89
VIAGENS E ESTADIAS	32.958,24	29.002,52	14
SERVIÇOS DE TERCEIROS	823.397,80	732.511,86	12
Auditoria Contábil	10.368,20	14.385,25	-28
Serviços Administrativos	314.320,54	291.037,23	8
Administração Passivo	466.726,68	395.793,26	18
Despesas Bancárias	29.482,38	26.776,12	10
Projetos para Reformas	2.500,00	4.520,00	-45
DESPESAS GERAIS	188.883,20	153.157,40	23
Associações de Classe	7.140,03	6.786,82	5
Brindes	–	5.030,00	-100
Cartório	565,34	146,47	286
Aluguel e Condominio	38.566,68	36.922,48	4
Correios e Encomendas	170,50	–	100
Energia Elétrica	419,28	4.330,07	-90
Eventos e Projetos	78.538,07	40.548,08	94
Internet	1.486,50	1.488,27	0
Limpeza e Conservação	–	100,00	-100
Material de Expediente	785,81	862,50	-9
Serviço de Taxi/Motoboy	2.882,10	576,99	400
Seguros	15.742,08	15.283,57	3
Certificadora	802,00	6.162,15	-87
Patrocínio	–	34.920,00	-100
Reembolso despesas	29.458,66	–	100
Lanches	5.726,15	–	100
Manutenção e Reparo	6.600,00	–	100
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.994,04	2.953,52	-32
DEPRECIAÇÕES	1.994,04	2.712,64	-26
Móveis e Utensílios	1.497,24	1.497,24	0
Equipamentos de Informática	496,80	1.215,40	-59
AMORTIZAÇÕES	–	240,88	-100
Softwares	–	240,88	-100
TRIBUTOS	75.266,89	76.298,09	-1
PIS	9.307,31	9.983,88	-7
COFINS	57.275,82	61.439,21	-7
TAFIC	4.875,00	4.875,00	0
Taxas e tributos municipais	3.808,76	–	100

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022		2023	2022
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL Nota 4.1.1	1.257	413	EXIGÍVEL OPERACIONAL Nota 4.1.4	534	556
			Gestão previdencial	410	416
REALIZÁVEL Nota 4.1.2	86.127	76.132	Gestão Administrativa	18	8
Gestão previdencial	14	4	Investimentos	106	132
Investimentos	86.113	76.128			
Fundos de investimentos	86.113	76.128	PATRIMÔNIO SOCIAL Nota 4.1.5	86.856	75.997
			Patrimônio de cobertura do plano	84.268	73.497
PERMANENTE Nota 4.1.3	6	8	Provisões matemáticas	84.268	73.497
Imobilizado	6	8	Benefícios concedidos	2.095	1.714
			Benefícios a conceder	82.173	71.783
			Fundos	2.588	2.500
			Fundos previdenciais	12	5
			Fundos administrativos	2.576	2.495
TOTAL DO ATIVO	87.390	76.553	TOTAL DO PASSIVO	87.390	76.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	75.997	64.493	18%
1. ADIÇÕES	21.512	20.122	7%
Contribuições previdenciais	11.094	10.705	4%
Portabilidade	32	205	-84%
Indenização de riscos terceirizados	434	154	182%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	8.672	7.522	15%
Receitas administrativas	1.066	1.258	-15%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	214	278	-23%
2. DESTINAÇÕES	(10.653)	(8.618)	24%
Benefícios	(400)	(263)	52%
Resgates	(3.733)	(2.952)	26%
Portabilidade	(954)	(132)	623%
Repasse de pr�mio de riscos terceirizados	(4.367)	(4.237)	3%
Despesas administrativas	(1.199)	(1.034)	16%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	10.859	11.504	-6%
Provisões matemáticas/ fundos	10.771	11.000	-2%
Fundos previdenciais	7	2	250%
Fundos administrativos	81	502	-84%
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	86.856	75.997	14%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	73.502	62.500	18%
1. ADIÇÕES	20.232	18.586	9%
Contribuições	11.094	10.705	4%
Portabilidade	32	205	-84%
Indenização de riscos terceirizados	434	154	182%
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	8.672	7.522	15%
2. DESTINAÇÕES	(9.454)	(7.584)	25%
Benefícios	(400)	(263)	52%
Resgates	(3.733)	(2.952)	26%
Portabilidade	(954)	(132)	623%
Repasso de pr�mio de riscos terceirizados	(4.367)	(4.237)	3%
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	10.778	11.002	-2%
Provisões matemáticas/fundos	10.771	11.000	-2%
Fundos previdenciais	7	2	250%
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	84.280	73.502	15%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2.576	2.495	3%
Fundos administrativos	2.576	2.495	3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	2023	2022	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	87.372	76.413	14%
Disponível	1.103	413	167%
Recebível	2.590	2.498	4%
Investimento	83.679	73.502	14%
Fundos de investimento	83.679	73.502	14%
2. OBRIGAÇÕES	516	416	24%
Operacional	516	416	24%
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	2.576	2.495	3%
Fundos administrativos	2.576	2.495	3%
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	84.280	73.502	15%
Provisões matemáticas/fundos	84.268	73.497	15%
Fundos Previdenciais	12	5	140%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.495	1.993	25%
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.280	1.536	-17%
1.1. RECEITAS	1.280	1.536	-17%
Custeio administrativo dos investimentos	195	170	15%
Receitas diretas	871	1.088	-20%
Resultado positivo líquido dos investimentos	214	278	-23%
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.199)	(1.034)	16%
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.199)	(1.034)	16%
Treinamentos/Congressos e seminários	(77)	(40)	93%
Viagens e estadias	(33)	(29)	14%
Serviços de terceiros	(823)	(733)	12%
Despesas gerais	(189)	(153)	24%
Depreciações e amortizações	(2)	(3)	-33%
Tributos	(75)	(76)	-1%
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2)	81	502	-84%
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	81	502	-84%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	2.576	2.495	3%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração das provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+4)	84.784	73.913	15%
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	84.268	73.497	15%
1.1. Benefícios concedidos	2.095	1.714	22%
Contribuição definida	2.095	1.714	22%
1.2. Benefícios a conceder	82.173	71.783	14%
Contribuição definida	82.173	71.783	14%
Saldo de contas - Parcela instituidores	60	55	9%
Saldo de contas - Parcela constituída pelos participantes	72.731	63.296	15%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EFPC	633	555	14%
Saldo de contas - Parcela participantes portadas EAPC	8.749	7.877	11%
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	516	416	24%
4.1. Gestão previdencial	516	416	24%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOTPREV (“SBOTPREV” e/ou “Entidade”), é uma entidade fechada de previdência complementar, inscrita sob o CNPJ nº 11.401.654/0001-43 e **CNPB nº 2009.0024-74** constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da portaria nº 3.080 de 08 de outubro de 2009, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. É Instituidor Fundador da SBOTPREV, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

O SBOTPREV tem sede e foro na Alameda Lorena, nº 427 – 14º andar – São Paulo – SP, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O SBOTPREV tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

O Plano de Benefícios SBOTPREV, na modalidade de contribuição definida, possuía na data base o seguinte quadro de participantes ativos e assistidos:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Participantes Ativos	1.355	1.744
Idade Média	44 anos	44 anos
Participantes Assistidos*	13	10
Idade Média	57 anos	53 anos

*Participantes assistidos considera Aposentados e Pensionistas



Em observância ao artigo nº 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a SBOTPREV não distribui dividendos e aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

A Entidade é regida por Estatuto Social, pelos regulamentos do Plano de Benefícios de Contribuição Definida (CD) por ela operado, do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e pela legislação em vigor.

No ano 2023 a entidade implementou, os procedimentos operacionais para cumprimento da Resolução CNPC nº 46 de 01 de outubro de 2021, alterada pela Resolução CNPC nº 57 de 28 de junho de 2023 que estabelecia prazo para a instituição de CNPJ por Plano. Esta ação tem como objetivo principal garantir a independência patrimonial entre os Planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, segregando-os no caso de haver a administração de mais de um plano e distinguindo da administração da própria entidade gestora. Para isso foram abertas as contas Correntes, para movimentação, e de Investimento, com o novo CNPJ do plano, visando a segregação de toda a movimentação previdenciária. A conta Corrente e de Investimento do PGA permaneceu com o CNPJ da entidade, para a movimentação administrativa.



2. APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, Resolução CNPC nº. 43, de 06 de agosto de 2021, Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2001- Entidades Fechadas de Previdência Complementar e as práticas contábeis brasileiras.

As diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos e resultado proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

O SBOTPREV apresenta mensalmente balancetes, do Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As Demonstrações Contábeis apresentadas tiveram sua emissão autorizada pela Diretoria da Entidade em 22 de março de 2023.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada pela Entidade. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis

A contabilidade do SBOTPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

O SBOTPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas nas notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis. As práticas contábeis aplicadas pela Entidade em 2023 estão de modo uniforme em relação a 2022 e estão descritas a seguir:

a) Os registros relativos a contribuições de participantes autopatrocinados, são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com o art.10 parágrafo 1º da Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021.

b) Todos os demais lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

c) Para a avaliação dos fundos de investimentos foram observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

d) Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras de fundos de investimentos da Entidade obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, que estabelece que os respectivos títulos devam ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos:

- Fundos de investimentos: são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observado a legislação estabelecida pela CVM.
- Imposto de Renda na Fonte: a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

e) As provisões para créditos de liquidação duvidosa – PCLD são registradas, para os direitos creditórios mensurados, ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à esta provisão são apresentados pelo seu valor líquido.

f) No exigível operacional são demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos, dentre outros.

g) Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas originárias dos custeios de investimentos e receitas diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

h) O exigível contingencial é avaliado por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Em dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não possuía nenhuma ação judicial que fosse classificada como provável ou possível de perda.

i) Para as provisões matemáticas o plano de benefícios adota regime financeiro e métodos de financiamento em consonância com a legislação vigente e adequados ao perfil da massa de participantes ativos e assistidos, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelo plano.

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.



A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.

3. ATIVIDADES DE REGISTRO E DE CONTROLE

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas Previdencial, Administrativa e Investimentos, que segrega nas Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária:

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios: e

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos da Entidade.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Balanço Patrimonial

4.1.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Bancos	1.257	413
Itaú	1.257	413
Total disponível	1.257	413

(Valores em milhares de Reais)



4.1.2. Realizável

4.1.2.1. Gestão Previdencial

Registra os valores a receber da Entidade, relativos às contribuições das Patrocinadoras e dos Participantes, adiantamentos e outros:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outros recursos a receber	14	4
Total realizável previdencial	14	4

(Valores em milhares de Reais)

4.1.2.2. Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022, alinhado a Política de Investimentos da Entidade, que define as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos, todos os recursos garantidores do plano de benefício do SBOTPREV são investidos em cotas de fundo de investimento (Mongeral Aegon SBOTPREV Fundo de Investimento Multimercado – CNPJ 19.366.021/0001-53), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Plano de Gestão Previdencial	83.679	73.502
Fundos de Investimento - Multimercado	83.679	73.502
Plano de Gestão Administrativa	2.434	2.626
Fundos de Investimento - Multimercado	2.434	2.626
Total Realizável Investimentos	86.113	76.128

(Valores em milhares de Reais)



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA			2023			2022			
			PLANO	PGA	CONSOLIDADO	PLANO	PGA	CONSOLIDADO	
SEGMENTO			83.465	2.648	86.113	73.502	2.626	76.128	
Títulos Públicos:			31.543	1.001	32.544	35.852	1.137	36.989	
NTN-B	Vencimento	Quantidade	23.134		734	23.868	15.097	479	15.576
NTN-B	15/05/2023	183	0	0	0	0	714	23	737
NTN-B	15/05/2023	183	0	0	0	0	714	23	737
NTN-B	15/05/2023	500	0	0	0	1.939	61	2.000	
NTN-B	15/08/2024	1.472	6.075	193	6.268	0	0	0	
NTN-B	15/08/2026	863	3.641	116	3.757	0	0	0	
NTN-B	15/08/2028	1.775	7.518	239	7.757	6.085	193	6.278	
NTN-B	15/05/2035	500	2.072	66	2.138	1.982	63	2.045	
NTN-B	15/08/2050	650	2.962	94	3.056	2.835	90	2.925	
NTN-B	15/08/2050	190	865	27	892	828	26	854	
LFT	Vencimento	Quantidade	8.409	267	8.676	20.755	658	21.413	
LFT	01/09/2024	37	512	16	528	3.279	104	3.383	
LFT	01/03/2024	245	0	0	0	2.997	95	3.092	
LFT	01/03/2024	21	0	0	0	257	8	265	
LFT	01/03/2025	130	0	0	0	1.590	50	1.640	
LFT	01/03/2025	296	0	0	0	3.619	115	3.734	
LFT	01/03/2026	140	1.935	61	1.996	1.708	54	1.762	
LFT	01/03/2026	144	1.990	63	2.053	2.440	77	2.517	
LFT	01/09/2025	100	1.382	44	1.426	1.832	58	1.890	
LFT	01/09/2026	132	1.822	58	1.880	0	0	0	
LFT	01/03/2027	1	14	0	14	0	0	0	
LFT	01/09/2027	250	0	0	0	3.034	96	3.130	
LFT	01/03/2028	17	234	7	241	0	0	0	
LFT	01/03/2029	38	521	17	538	0	0	0	
Títulos Privados:	Vencimento	Quantidade	25.516	809	26.325	14.199	450	14.649	
Debentures AEGEA SANEAMENTO	15/07/2023	60	0	0	0	311	10	321	
Debentures VIVARA	30/04/2024	100	94	3	97	596	19	615	
Debentures MOVIDA	07/06/2024	772	0	0	0	506	16	522	
Debentures NATURA	26/08/2024	620	0	0	0	641	20	661	
Debentures C&A	20/05/2025	240	0	0	0	236	7	243	
Debentures C&A	13/11/2025	542	0	0	0	532	17	549	
Debentures VIVARA	15/09/2026	500	0	0	0	500	16	516	
Debentures MAGAZINE LUIZA	15/10/2026	1.260	0	0	0	1.235	39	1.274	
Debentures TIETE ENERGIA	15/03/2027	395	394	13	407	798	25	823	
Debentures MULTIPLAN	15/10/2028	580	582	18	600	580	18	598	
Debentures CSN	10/11/2028	1.100	1.015	32	1.047	671	21	692	
Debentures LIGHT	15/04/2024	700	0	0	0	699	22	721	
Debentures ENERGISA	20/06/2026	1.387	1.461	46	1.507	0	0	0	
Debentures CORSAN	05/12/2026	440	432	14	446	0	0	0	
Debentures B3SA	05/08/2027	500	516	16	532	0	0	0	
Debentures UNIDAS	10/05/2027	1.000	0	0	0	991	31	1.022	
Debentures EBEN	15/09/2028	431	429	14	443	0	0	0	
Debentures VAMO	15/06/2029	300	290	9	299	0	0	0	
DPGE FISA	30/09/2025	1	999	32	1.031	0	0	0	
LF BANCO PANAMERICANO	20/09/2024	5	1.297	41	1.338	1.133	36	1.169	
LF BANCO TOYOTA	28/10/2024	10	1.280	41	1.321	1.123	36	1.159	
LF BANCO ALFA	21/11/2024	12	809	26	835	709	22	731	
LF BANCO VOLKS	30/11/2026	30	1.701	54	1.755	1.472	47	1.519	
LF BANCO SAFRA	29/07/2024	10	587	19	606	514	16	530	
LF BANCO SAFRA	16/02/2024	19	1.181	37	1.218	0	0	0	
LFSN BANCO ITAU	19/11/2029	4	2.189	69	2.258	954	30	984	
LFSN BANCO BRADESCO	16/06/2031	9	3.686	117	3.803	0	0	0	
LFSN BANCO BRADESCO	07/07/2031	1	413	13	426	0	0	0	
LFSN PAT	17/11/2031	10	3.993	127	4.120	0	0	0	
LFSC ITAU	31/12/2050	4	1.551	49	1.600	0	0	0	
LFSC BANCO DO BRASIL	31/12/2050	2	616	20	636	0	0	0	
Operações Compromissadas:	Vencimento	Quantidade				0	0	0	
Derivativos Opções	Vencimento	Quantidade	24	1	25	10	0	10	
Índice Ibovespa	18/01/2023	5	0	0	0	10	0	10	
Índice Ibovespa	14/02/2024	12	24	1	25	0	0	0	
Valores a Pagar/Receber			-30	-1	-31	-32	-1	-33	
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	Segmento	CNPJ	26.382	837	27.219	23.756	754	24.510	
BNY ARX Liq FI Ref.	RF	17.898.543/0001-70	912	29	941	504	16	520	
Mong Inst RF Credpriv	RF	19.488.768/0001-84	0	0	0	4.720	150	4.870	
Mongeral Macro FICFI	RF	27.803.348/0001-73	4.866	154	5.020	4.363	138	4.501	
Mongeral Aegon FIA	RV	33.254.944/0001-73	0	0	0	1.430	45	1.475	
Mongeral Aegon CP30 FIRF	RF	42.888.072/0001-67	0	0	0	2.220	70	2.290	
BNYM ARX LIQREF X	RF	18.418.894/0001-08	911	29	940	503	16	519	
MAG CASH FIRF LP	RF	44.211.851/0001-59	0	0	0	5.993	190	6.183	
BNYM ARX LIQREF II	RF	18.416.618/0001-00	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF III	RF	18.416.553/0001-95	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF IV	RF	18.418.812/0001-17	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF IX	RF	18.418.915/0001-87	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF V	RF	18.418.851/0001-14	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF VI	RF	18.418.825/0001-96	911	29	940	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF VII	RF	18.428.603/0001-54	912	29	941	503	16	519	
BNYM ARX LIQREF VIII	RF	18.418.874/0001-29	911	29	940	503	16	519	
MAG H GRD FIC FIRF	RF	50.225.463/0001-20	4.238	134	4.372	0	0	0	
MONG AEGON RF FI	RF	11.435.287/0001-07	6.787	215	7.002	0	0	0	
MAG SELECTION FIA	RV	42.494.899/0001-96	1.379	44	1.423	0	0	0	

(Valores em milhares de Reais)

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2023:
(Em milhares de Reais)

	2023			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		2.840	12.629	12.691
Títulos Públicos		-	12.629	12.691
Títulos Públicos Federais		-	12.629	12.691
Notas do Tesouro Nacional - B		-	12.629	12.691
B735148 15/05/2035 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,83	500	2.137	2.224
B686095 15/08/2028 aquisição 22/05/2018	IPCA+5,35	1.000	4.390	4.406
B735150 15/08/2028 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,79	500	2.154	2.203
C90291 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,28	650	3.056	2.986
C90292 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,29	190	892	872

	2022			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		3.340	14.100	13.437
Títulos Públicos		-	14.100	13.437
Títulos Públicos Federais		-	14.100	13.437
Notas do Tesouro Nacional - B		-	14.100	13.437
B314557 15/05/2023 aquisição 23/09/2015	IPCA+7,8	500	2.000	2.013
B735148 15/05/2035 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,83	500	2.044	1.999
B686095 15/08/2028 aquisição 22/05/2018	IPCA+5,35	1.000	4.216	4.052
B735150 15/08/2028 aquisição 05/09/2018	IPCA+5,79	500	2.062	2.026
C90291 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,28	650	2.925	2.590
C90292 15/08/2050 aquisição 13/03/2020	IPCA+5,29	190	853	757

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

A capacidade financeira de que trata o parágrafo anterior deve ser caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade fechada de previdência complementar, em função dos direitos dos participantes, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pela demonstração atuarial – DA.

Os títulos públicos federais são considerados títulos livres de risco e foram adquiridos com o intuito de manutenção até o seu efetivo vencimento. O fluxo de amortização dos referidos títulos é adequado à necessidade de liquidez da Entidade e é usado para garantir o retorno dos investimentos dos benefícios já concedidos.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos Administradores dos fundos na data de encerramento do balanço e seu valor de mercado apurado em consonância com a regulamentação específica aplicável ao Fundo. A variação originada da comparação entre os valores contábeis e de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Para os títulos públicos, os valores contábeis foram determinados com base no valor de face dos papéis (marcação na curva).

4.1.3. Permanente – Imobilizado

O Ativo Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear. As taxas são fixadas por espécie de bens de acordo com o tempo de vida útil. Em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

DESCRIÇÃO (TAXA)	2023	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÕES	2022
Imobilizado	6	-	-2	8
Equipamento Informática (20%)	0	-	-1	1
Móveis e Utensílios (10%)	6	-	-1	7
Total do Ativo Permanente	6	-	-2	8

4.1.4. Exigível Operacional

4.1.4.1. Gestão Previdencial

Registra os benefícios a pagar, as retenções a recolher incidentes sobre estes e os repasses a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Retenções a Recolher	107	116
Valores a repassar risco terceirizado	303	300
Total Exigível Gestão Previdencial	410	416

4.1.4.2. Gestão Administrativa

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, relativo a tributos, fornecedores e retenções a recolher. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Retenções a Recolher	3	3
Tributos a Recolher	6	5
Outras Exigibilidades	9	0
Total Exigível Gestão Administrativa	18	8

4.1.4.3. Investimentos

Registra as obrigações a pagar assumidas pela entidade relativas à Gestão Investimentos. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Relacionados com disponível	106	132
Total Exigível Investimentos	106	132



4.1.5. Patrimônio Social

4.1.5.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

Registra o valor das Provisões Atuariais que corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios SBOTPREV.

As provisões matemáticas são calculadas de forma financeira, considerando a rentabilidade dos investimentos e as características do Regulamento do plano de benefício, que inclui os compromissos assumidos com os participantes.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria SBOTPREV.

O valor das provisões matemáticas do plano, está evidenciado no quadro VII – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e apresenta em 31 de dezembro os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisões matemáticas	84.268	73.497
Benefícios Concedidos	2.095	1.714
Contribuição definida	2.095	1.714
Saldo de contas – Assistidos	2.095	1.714
Benefícios a conceder	82.173	71.783
Contribuição definida	82.173	71.783
Saldo de contas - parcela instituidores	60	55
Saldo de contas - parcela participantes	72.731	63.296
Saldo de contas - Parcela Participantes Portadas EFPC	633	555
Saldo de contas - Parcela Participantes Portadas EAPC	8.749	7.877
Total Patrimônio de Cobertura do Plano	84.268	73.497

Conforme determina o artigo nº 22 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, foram realizadas avaliações atuariais em todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoas jurídicas legalmente habilitadas e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial

O regime financeiro para financiamento dos planos de Contribuição definida é o de capitalização. Apresenta-se a seguir, a descrição das rubricas que compõem as provisões matemáticas:

- Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada.

- Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.

As provisões matemáticas são determinadas pelo atuário contratado pelo prestador de serviço. Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial (DA) e parecer elaborado pela atuária e encontra-se em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Premissas atuarias

Para a avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e atuariais:

	2023	2022
A. ECONÔMICAS		
Taxa real de juros	3,12% a.a.	3,26% a.a.
B. BIOMÉTRICAS		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000-F Suav 10%	AT-2000-F Suav 10%

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

A situação atuarial do Plano de benefícios SBOTPREV, administrado pelo SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2023 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes limita-se ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

4.1.5.2. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial Diferenças de Cotas, representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com cota do mês anterior. No encerramento do exercício de 2023 o Fundo Previdencial de Fundo de Diferenças de Cotas obteve o valor de R\$ 12 mil (R\$4 mil em 2022).

4.1.5.2. Fundo Administrativo

Registra o Fundo constituído com a diferença positiva apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa. Em 31 de dezembro apresenta os seguintes valores:

	2023	Constituição	2022
Fundos Administrativos	2.576	81	2.495
Plano de Gestão Administrativa	2.576	81	2.495
Fundos	2.576	81	2.495

4.1.6. Apresentação dos efeitos da consolidação

De acordo com a Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023, os ajustes necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares. O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

CÓDIGO	CONTA	2023	2022
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Adm – Plano	2.576	2.495
	Participação no Plano de Gestão Adm - Op. Comuns	(2.576)	(2.495)
2.3.2.2.01.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA - Plano	(2.576)	(2.495)
	Participação no Fundo Administrativo do PGA OP. Comuns	2.576	2.495

5. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

5.1. Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

Cálculo da taxa de juros atuarial para o exercício de 2023

A taxa de juros de 3,12% ao ano foi calculada para utilização na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2022, conforme metodologia constante na Portaria PREVIC nº 373, de 27 de abril de 2022.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, a adoção da taxa de juros real anual não resulta em impacto na formação das Provisões Matemáticas, constituídas exclusivamente dos saldos de contas dos participantes. Entretanto, essa premissa é utilizada em cálculos de benefícios, devendo a Entidade adotar taxa de juros real anual no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 4% (quatro décimos por cento) ao ano, acima da taxa de juros parâmetro, considerando-se a duração do passivo de dez anos.

Neste sentido, a taxa de juros parâmetro, observando a estrutura a termo de taxa de juros média, segundo a Portaria PREVIC nº 373/2022, é de 3,12% ao ano, sendo o limite inferior de 3,12% ao ano e o limite superior de 4,86% ao ano.

A Política de Investimento aprovada para o ano de 2023 apresenta que, os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2023, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 3,12% ao ano (INPC+3,12%), estando este em acordo com a citação no Parecer Atuarial de 2022 sobre as Premissas Atuarias.



5.2. Plano de Gestão Administrativa

O custeio das despesas administrativas da SBOTPREV teve como fontes de recursos, valores correspondentes a taxa de carregamento incidente sobre as contribuições em atraso dos participantes, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela venda de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do Fundo Administrativo.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa de acordo com a natureza, e o custeio administrativo na administração previdencial, conforme Resolução Previc 23 de 14 de agosto 2023.

5.3. Fluxo de Investimentos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

Rentabilidade

Plano Previdencial

A Rentabilidade dos investimentos apurada pela cotização média no período. A rentabilidade líquida acumulada no exercício é obtida pela aplicação do Patrimônio de cobertura do Plano deduzida da taxa de administração.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Resultado dos Investimentos	11,90%	12,11%
Rentabilidade Líquida	11,66%	11,74%

6. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

Em 1º de outubro de 2004, foi aprovada a Resolução CGPC nº 13, que estabeleceu às entidades fechadas previdência complementar adotarem princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao porte, complexidade, e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Entidade obedece à legislação em vigor e, durante os exercícios de 2023 e 2022, implementou procedimentos de acordo com os padrões requeridos, aprimorando a gestão relativa aos seus controles internos.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA BASE

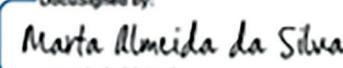
a) Não ocorreram até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

DocuSigned by:
Ricardo Esperidião
9871FB5E34EA4D3...
Ricardo Esperidião
Diretor Presidente
CPF 095.006.341-04

DocuSigned by:

BAFED39CBAB5424
Moacyr Henrique Martins
Diretor Financeiro
CPF 531.340.107-63

DocuSigned by:

#92A4D9918DC438
Marta Almeida da Silva
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5
CPF 722.624.607-44





Vox Auditores Independentes S/S
Rua João Pessoa, 835 – sala 10/A
CEP 89036-000 Bairro Velha – Blumenau-SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do

**FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA - SBOTPREV**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV** “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – SBOTPREV**, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentados para fins de comparação foram por nós auditados, com emissão do relatório datado de 21 de março de 2023, que não conteve modificação.

Responsabilidade da Administração e da Governança Pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor Pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

JAIMIR
Assinado de
forma digital por
JAIMIR
BIFF:5478
9990915
Dados: 2024.03.22
07:39:03 -03'00'

Blumenau (SC), 22 de março de 2024.

Jaimir Biff
Contador CRC (SC) nº 017.155/O-7



**Vox Auditores
Independentes S/S**
CRC (SC) nº 008488/O-5
CVM nº 1195-9

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Retrospectiva 2023

De maneira geral, houve, em 2023, maior crescimento do que o esperado, os mercados de trabalho continuaram mostrando aquecimento, com baixas taxas de desemprego, e a inflação caiu, mas continua alta, em meio à elevação das taxas básicas de juros pelos bancos centrais, que agora indicam que elas devem ficar altas por mais tempo.

Os déficits fiscais e as dívidas públicas estão em níveis acima dos de antes da pandemia, e os custos do serviço da dívida como porcentagem do PIB estão altos, como para os países em desenvolvimento, ou com previsão de subirem, como nas economias avançadas e nas de renda média. O crescimento no ano que vem deve ser semelhante ao deste, em termos globais, e pode se beneficiar da perspectiva do início do afrouxamento das políticas monetárias. Entretanto, há riscos, como a mencionada fragilidade fiscal, a demora na recuperação na indústria e os riscos geopolíticos. Cada região ou país, naturalmente, tem suas peculiaridades, exploradas nas subseções a eles dedicadas.

Em 2023 o Brasil voltou a figurar na lista das 10 maiores economias do mundo. O crescimento se deu por uma série de fatores, que incluem a valorização da nossa moeda e os altos resultados alcançados por alguns setores da economia.

INTRODUÇÃO

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos do Plano de Benefício (“Planos”) e dos Planos de Gestão Administrativa (“PGA”) da SBOTPREV - FUNDO DE PREVIDENCIA (“SBOTPREV”) poderão ser investidos no ano de 2024.

Esta Política de Investimentos foi preparada com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022, e as restrições específicas avaliadas.

PREMISSAS BÁSICAS

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do SBOTPREV e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, a SBOTPREV aplica seus recursos em um fundo exclusivo de renda fixa, com ativos lastreados em taxas de juros e índice de preços, composto por títulos públicos e privados. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo SBOTPREV para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela MAG Investimentos e a custódia de seus ativos no BNY Mellon Banco S.A, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A SBOTPREV, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A SBOTPREV aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

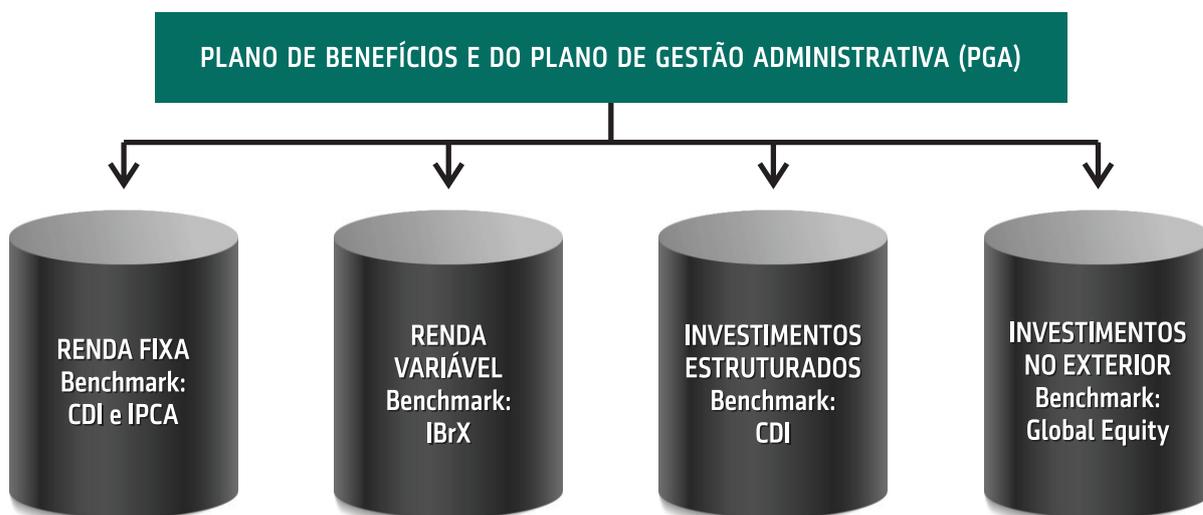
COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), a SBOTPREV prioriza uma gestão de recursos com foco na maximização de rentabilidade, com um nível de risco confortável para a entidade.

A alocação estratégica dos recursos será dividida em três classes de ativos: Renda Fixa (CDI e IPCA), Renda Variável (IBrX), Investimentos Estruturados (CDI) e Investimentos no Exterior (Global Equity), podendo realizar operações com derivativos.



A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco a SBOTPREV acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

A SBOTPREV considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira do plano de benefícios e do PGA, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 4.994 de 24/03/2022 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente política de investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da SBOTPREV.

A seguir, disponibilizamos um quadro com as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

ANO	IBrX	CDI	IPCA	IGP-M
2024	15,80%	10,29%	3,85%	4,31%
2025	14,52%	9,07%	3,61%	3,67%
2026	13,56%	8,15%	3,00%	3,40%
2027	13,56%	8,15%	3,00%	3,40%
2028	13,56%	8,15%	3,00%	3,40%

Fontes: Banco Central e MAG Investimentos
Focus: 14/11/2023

QUADROS RESUMO

ALOCAÇÃO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	0%	100%	93%	10,96%	CDI
JUROS	0%	85%	53%	10,29%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
INFLAÇÃO	0%	50%	40%	12,52%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	50%	25%		
Títulos Públicos Federais a Vencimento	0%	50%	15%		
Títulos de Companhias Abertas	0%	49%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	49%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	50%			
RENDA VARIÁVEL	0%	15%	5%	15,8%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	15%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	15%			
Operações de Futuro (como síntese de posição à vista)	0%	15%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	15%	0%	12,5%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	2%	19,48%	Global Equity
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no Exterior	0%	10%			
IMÓVEIS	0%	0%	—	—	—
OPERAÇÃO COM PARTICIPANTES	0%	0%	—	—	—
RENTABILIDADE PROJETADA				11,37%	
ÍNDICE DE REFERÊNCIA				3,23% + INPC	

RENTABILIDADE HISTÓRICA

ANOS	Rentabilidade Auferida nos Cinco Exercícios Anteriores					Acumulada
	2019	2020	2021	2022	2023*	
Plano de Benefício	5,24%	3,91%	5,07%	11,74%	8,31%	39,06%
Renda Fixa	6,37%	4,43%	5,35%	12,11%	8,56%	42,43%

* Rentabilidade acumulada até setembro de 2023.

PARECER ATUARIAL

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do **Plano de Benefícios SBOTPREV**, administrado pelo **Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia**.

O Plano SBOTPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, e, também, na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2023 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2023. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. ESTATÍSTICAS

TABELA 1 - PARTICIPANTES ATIVOS

ITEM	2022	2023
Número de participantes ativos*	1.744	1.355
Idade média (anos)	44,54	44,41
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	6,76	7,43
Contribuição média**	R\$ 443,78	R\$ 559,29
Saldo individual médio	R\$ 41.057,70	R\$ 60.599,56

* Quantidade contempla participantes aguardando resgate.

** Somente participantes com Status de Ativo.

STATUS	Quantidade
Ativo	865
Suspenso - Inadimplência	436
Cancelado - a Pedido	40
Remido (BPD - Benefício Proporcional Diferido)	1
Pendente - Aguardando	8
Pendente de Ativação	3
Cancelado Resgate	2

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um decréscimo no número de participantes em 2023 na ordem de 22,31% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2022, devido a exclusão de participantes com status de Cancelado Inativos sem valores atribuídos aos saldos de contas. Os participantes ativos tiveram variação positiva da contribuição média na ordem de 26,03% e uma variação positiva no saldo individual médio 47,60%.

TABELA 2 - PARTICIPANTES ASSISTIDOS

ITEM	2022	2023
Número de participantes assistidos	4	5
Idade média (anos)	70	71
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	12,00	13,00
Benefício médio	R\$ 1.463,48	R\$ 1.534,94
Saldo individual médio	R\$ 180.738,15	R\$ 163.083,62

Considerando a tábua AT-2000 F Suavizada em 10% verifica-se que a expectativa de vida aos 71 anos é de, aproximadamente, 18 anos, portanto, esperamos que a média dos participantes sobrevivam até a idade de 89 anos. De acordo com o exposto acima, durante o exercício de 2023 houve 1 concessão de benefício de aposentadoria com prestação continuada de benefícios.

TABELA 3 - PENSIONISTA

ITEM	2022	2023
Número de pensionistas	6	8
Idade média (anos)	42	49
Benefício médio	R\$ 1.911,36	R\$ 2.119,57
Saldo individual médio	R\$ 167.711,75	R\$ 159.926,16

Conforme exposto na tabela 3, houve 1 nova concessão de pensão, com 2 beneficiários, no Plano SBOTPrev durante o exercício de 2023. Considerando a tábua AT 2000 F Suavizada em 10% verifica-se uma expectativa de vida média de 38 anos para os pensionistas do Plano SBOTPREV.



4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2023:

- a) Taxa Real de Juros: 3,23% a.a.:
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%: e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos, através do Parecer Atuarial de Premissas de 2023, o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano SBOTPREV. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem a obrigatoriedade de reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida para o plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,23% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2024. Como no Plano SBOTPREV a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 3,12% a.a. para 3,23% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por expectativa de vida e prazo determinado as únicas formas de recebimento que utilizam a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2023, projetamos os saldos até 06/2024 e recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros, os resultados observados foram uma redução média de 4,08% nos assistidos e 6,40% nos pensionistas, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano SBOTPREV, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2023, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.



6. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SBOTPREV em 31/12/2022 e 31/12/2023, para fins de comparação com a data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2022	2023
2.03	Patrimônio Social	75.997.264,92	86.856.291,95
2.03.01	Patrimônio de Cobertura do Plano	73.497.610,19	84.267.707,66
2.03.01.01	Provisões Matemáticas	73.497.610,19	84.267.707,66
2.03.01.01.01	Benefícios Concedido	1.714.182,27	2.094.827,40
2.03.01.01.01.01	Contribuição Definida	1.714.182,27	2.094.827,40
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	1.714.182,27	2.094.827,40
2.03.01.01.02	Benefícios a Conceder	71.783.427,92	82.172.880,26
2.03.01.01.02.01	Contribuição Definida	71.783.427,92	82.172.880,26
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	55.117,76	59.800,17
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	63.296.248,74	72.731.049,70
2.03.01.01.02.01.03	SALDO DE CONTAS - PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	555.179,57	633.007,39
2.03.01.01.02.01.04	SALDO DE CONTAS - PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	7.876.881,85	8.749.023,00
2.3.2	Fundos	2.499.654,73	2.588.584,29
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	4.712,36	12.267,62
2.3.2.2	Fundos Administrativos	2.494.942,37	2.576.316,67
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	0,00	0,00

Valores em Reais.

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,51% em função dos recursos vertidos ao plano pelos participantes, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos e as novas concessões de benefícios.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2023 aumentou em 14,65%, com relação ao encerramento do exercício 2022. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2022 pelo INPC acumulado no ano de 2023 teríamos um valor 9,55% menor do que o observado em 2023. Se atualizarmos o patrimônio de cobertura do encerramento do ano de 2022 pelo índice de referência do plano, no exercício, (INPC + 3,12% a.a.) teríamos um resultado inferior em 6,73% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

Analisando o exercício de 2023, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 11,66%, enquanto o índice de referência montou em 6,94%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pela entidade foi superior em 4,41% (p.p), em relação ao respectivo índice. A inflação acumulada no mesmo período foi de 3,71%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de 7,67%.

O crescimento do patrimônio de cobertura alcançado justifica-se, pela rentabilidade do Plano SBOTPREV ter sido superior ao índice de referência, ao fato das receitas previdenciais do plano terem avultado o valor de R\$ 7.680.946,26 que representam um total de R\$ 2.181.459,23 a mais do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2023.



7. CONCLUSÃO

O Plano SBOTPREV, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais descritos neste parecer, apresentou em 31/12/2023 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Por fim, atestamos que as informações neste parecer foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

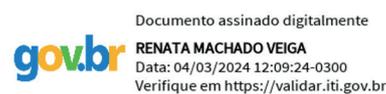
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2024.



Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2353
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



Rafael Pinto Rodrigues Santos
Atuário MIBA – 3667
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



Renata Machado Veiga
Atuário MIBA – 2127
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 43 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 22 de março de 2024, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal, concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2023, sejam aprovadas sem restrições pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia-SBOTPrev.

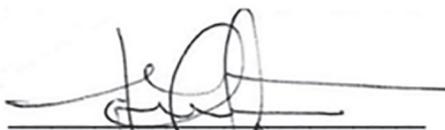
São Paulo, 22 de março de 2024



Paulo Lobo Junior
Conselheiro Presidente
CPF.: 186.963.331-87



Pedro Takata
Conselheiro Suplente
CPF.: 370.128.628-07



Marco Tullio Lopes Caldas
Conselheiro Eleito
CPF: 510.288.676-20



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

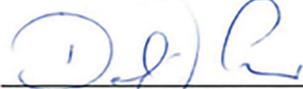
Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, referente ao exercício de 2023:

Em reunião de 22 de março de 2024, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOTPrev, no uso das competências de que trata Art. 30 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da SBOTPrev, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, da Avaliação Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da SBOTPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2024.



Reynaldo Jesus Garcia Filho
Conselheiro Presidente
CPF.: 75459418887



Fábio Farina Dal Molin
Conselheiro Suplente
CPF.: 427.889.190-34



Marcus Vinicius Moreira
Conselheiro Eleito
CPF.: 121.243.478-10



MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

Prezados Participantes,

Em 2023 registramos algumas peculiaridades no Brasil e no exterior, entre as quais destacamos: posse presidencial no Brasil, Espanha vencedora da Copa do Mundo Feminina da FIFA, Hollywood paralisada por greves por conta do avanço da IA, guerra entre Israel e Hamas, Byoncé como maior vencedora da história do Grammy ao conquistar seu 32º troféu, Índia ultrapassando a China em termos de população e o avanço da inteligência artificial.

Tudo isso acontecendo, mas nada abalou os números da SBOTPrev que fechou o ano com **1.320** participantes, arrecadando em 2023 **R\$ 11.090.622,25** concedendo 05 novos benefícios, e por cumprir sua atividade fim, que é honrar a concessão de benefícios, pagou em 2023 **R\$ 400.014,87** em benefícios.

Com rentabilidade superavitária, encerramos 2023 com um patrimônio final de **R\$ 84.281.157,36**, ou seja, **14,66% superior a 2022**, reafirmando nosso compromisso em trabalhar para você, participante SBOTPrev, com muita dedicação, transparência e seriedade.

As metas para 2024 já foram traçadas e, adiantamos que, além de manter nosso foco em manter o compromisso de crescimento e solidez do fundo, investiremos ainda mais no relacionamento com os nossos participantes, fazendo com que estejamos cada vez mais próximo de vocês, que são a nossa real razão de existir.

Forte abraço!

Diretoria Executiva.



GLOSSÁRIO

Balanco Patrimonial: o Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanco Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos; e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Conselho Deliberativo: Órgão máximo da estrutura organizacional da Entidade. É responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios. Cabe ao Conselho Deliberativo ser o principal agente nas definições das políticas de administração e das estratégias gerais da entidade, bem como a sua revisão periódica.

Conselho Fiscal: Órgão de controle interno da Entidade. Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria Executiva. Cabe ao Conselho Fiscal elaborar relatórios semestrais que destaquem a opinião sobre a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária. O Conselho Fiscal deve comunicar eventuais irregularidades, sugerir, indicar ou requerer providências de melhoria na gestão, e emitir parecer conclusivo sobre as demonstrações contábeis anuais da entidade.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanco Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações. Objetivam proporcionar entendimento quanto à posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados, servindo de base informacional aos usuários em geral.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta, de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos que impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a alocação dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legislação vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado à meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplicação.

Diretoria Executiva: Órgão responsável pela administração da Entidade e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.



Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: As Notas Explicativas acompanham as demonstrações contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropriação dos recursos e na avaliação dos elementos patrimoniais. Além das informações já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: A Política de Investimentos é responsável por definir as principais regras e condições para aplicação dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política é elaborada anualmente e deve considerar em sua elaboração os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para definição dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: O Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

Relatório Anual de Informações: Documento de comunicação interna elaborado pela Entidade para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do Plano de Benefícios no ano.





SBOT

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

SBOTPREV

FUNDO DE PREVIDÊNCIA



0800-887-0948



atendimento@sbotprev.zendesk.com



sbotprev.org.br



Alameda Lorena, 427 - 14° andar - Jardim Paulista
São Paulo - SP - CEP 01424-000